

INDICADORES DE MATRÍCULAS SOBRE A INTERFACE ENTRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: O QUE OS DADOS NOS REVELAM?

Christiano Felix dos Anjos
PPGE/UFES

PPGE/UFES avitima@gmail.com

Claudiana Raymundo dos Anjos
PPGE/UFES

PPGE/UFES nanars_19@hotmail.com

Eixo Temático: Do Direito à Educação: Políticas de Acesso, Permanência e
Qualidade Social.
Comunicação Oral

Resumo: O movimento de interface entre a Educação do Campo e a Educação Especial tem sido invisibilizada tanto academicamente quanto nos espaços escolares. A temática requer pesquisas que colaborem em desvelar esse movimento e que contribua com a temática visto que, academicamente, existem pouquíssimos estudos e também mostram fragilidade em se pensar políticas públicas que levem em conta a interface. Nesse artigo temos por objetivo a partir da noção de cartografia de Boaventura de Sousa Santos (2011) desenhar um mapa simbólico que evidencia o cenário dos dados sobre os alunos público-alvo da Educação Especial, matriculados nas escolas da cidade e do campo no Brasil e mais especificamente, no estado do Espírito Santo, a partir do banco de microdados do Ministério da Educação (MEC)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e das sinopses estatísticas apresentadas no sitio do MEC/INEP. Como natureza metodológica, utilizamos a perspectiva da cartografia simbólica de Boaventura de Sousa Santos. Por esse olhar compreendemos os mapas como representações simbólicas de contextos que se quer evidenciar, neste caso, chamar a atenção para a existência dos alunos público alvo da Educação Especial nas escolas do campo. Como considerações, nossos dados desvelam a presença de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas do campo e como esse quantitativo vem aumentando no decorrer dos anos analisados. Isso nos permite perceber uma produção de silenciamentos dos alunos matriculados nas escolas do campo, levando em conta que ainda são escuras políticas, ações e pesquisa que levem em conta esses sujeitos.

Palavras Chave: Educação Especial. Educação do Campo. Cartografia Simbólica.

Introdução

Em aproximação com pesquisas que tratam a interface entre a Educação do Campo e a Educação Especial, MARCOCCIA (2011); SOUZA (2012); GONÇALVES (2014) e MANTOVANI (2015) oferecem pistas e subsídios para que se volte o olhar à especificidade de que há poucos estudos e problematizações acerca dessa temática, uma vez que ela ainda é invisibilizada no âmbito acadêmico e nos sistemas públicos de ensino.

Os estudos dos referidos autores enfatizam a necessidade de novas pesquisas que evidenciem o movimento entre estas duas áreas de conhecimento, a Educação do Campo e a Educação Especial, no sentido de garantir uma Educação que leve em conta as características de quem vive no Campo e também das pessoas que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Entendemos que é necessário contribuir com uma nova “percepção”/problematização do que Caiado e Meletti (2011) chamam de “silêncio” em relação à interface, visto que, academicamente, existem pouquíssimos estudos e também mostram fragilidade em se pensar políticas públicas que levem em conta a interface.

É importante lançar mão de uma discussão que pretenda desmistificar o senso comum, onde se coloca que, para o sujeito com deficiência e também para aquele que se constitui sujeito do Campo, “[...] não é necessário nem letras nem competência para mexer na enxada ou cuidar do gado” (PIRES, 2012, p. 13).

Ou seja, para o sujeito do Campo não é necessário a escolarização, pois não é necessário muito para a dita “labuta”. Considerando o sujeito com deficiência, a relação com a escolarização é menor ainda, pois, para esse sujeito, além do estigma de não aprender, associa-se a ideia de que não é necessário o convívio com o trabalho. Assim, levantamos a hipótese de uma dupla exclusão (CAIADO; MELETTI, 2011).

Nesse artigo que se configura como um recorte de nossa pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Realidades em contato: construindo uma interface entre a educação especial e a educação do campo” (ANJOS, 2016) tem por objetivo, a partir da noção de cartografia de Boaventura de Sousa Santos (2011), desenhar um mapa simbólico que evidencia o cenário dos dados sobre os alunos público-alvo da Educação Especial, matriculados nas escolas da cidade e do campo no Brasil e mais especificamente, no estado do Espírito Santo, a partir do banco de microdados do Ministério da Educação (MEC)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e das sinopses estatísticas apresentadas no sítio do MEC/INEP.

Diálogos com Boaventura de Sousa Santos e seu olhar sobre a cartografia

Fundamentamo-nos na teoria de Boaventura de Sousa Santos, que fornece uma grande contribuição para a nossa pesquisa, que possui como objetivo central a desconstrução das hierarquias, a produção de diálogos e a visibilização da interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo.

Temos o objetivo de decompor camadas hierárquicas que invisibilizam e provocam desigualdade e exclusão (Santos, 2006); a Educação do Campo e a Educação Especial por si só são modalidades invisibilizadas no contexto da educação, assim temos uma dupla exclusão quando pensamos no aluno público alvo da Educação Especial nas escolas do campo (Caiado, 2010)

Em nossa forma de pensar a pesquisa, os percursos metodológicos, alinhamo-nos a uma natureza de pesquisa denominada cartografia, com base na perspectiva de Boaventura de Souza Santos (1988) e do autor Jörn Seemann (2001). Tencionamos com essa metodologia realizar uma projeção daquilo que foi mapeado como uma forma de representação da realidade que antes não foi

mostrada por outras formas hegemônicas de privilegiar suas realidades em detrimento de outras.

Quando nos propomos a pensar como vem se dando a interface entre duas modalidades a partir dos indicadores de matrículas do censo, estamos nos colocando como tarefa reconhecer a existência de cada grupo, identificar seus territórios e reconhecer que eles fazem parte de um mesmo território. Assim, iremos territorializar, (des)territorializar e (re)territorializar conceitos ligados a essas áreas, propondo sempre desestabilizar formas hegemônicas de compreensão de território.

Pensando nas possibilidades de criar e evidenciar novos mapas simbólicos que criam novas representações visibilizam a interface entre a Educação Especial e Educação do Campo, o estudo se dá a partir do quantitativo de matrículas nos respectivos anos de 2011, 2013 e 2015 do censo escolar em que poderemos evidenciar, mais à frente, o movimento de matrículas e a existência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas do campo, pois a partir dos estudos já mencionados faz parecer que esse aluno inexistente para além da região metropolitana.

Assim colocado ao considerar os indicadores educacionais, entendemos a importância do censo escolar, pois é uma das bases para se pensar políticas públicas educacionais (GATTI, 2004, p. 26).

Para a análise da realidade escolar, utilizamos os microdados do censo educacional publicado sítio do INEP/MEC e as sinopses estatísticas que essa mesma página eletrônica nos apresenta. As sinopses são dados brutos já tratados e, por sua vez, não nos possibilita uma aproximação a algumas realidades mais específicas. Conseguimos, via as sinopses, os dados gerais das matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial no Brasil e no Estado do Espírito Santo, além de mais algumas aproximações como a

localização da moradia do aluno, se era em zona considerada urbana, ou rural. Sabemos também pelas sinopses se esses alunos estudavam nas escolas localizadas em zonas urbanas e rurais que os dados tratados pelo sitio no INEP/MEC não nos fornecia, para esses casos específicos, buscamos essas informações nos microdados.

O que os dados nos apresentam: o censo escolar e a Interface entre a Educação Especial e Educação do Campo

Em nosso primeiro conjunto de tabelas, trazemos os dados das matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial em âmbito nacional, organizados em urbano e rural nas redes estadual e municipal em todas as etapas de ensino.

Tabela 1 – Matrículas Público-Alvo da Educação Especial no ano de 2011
Brasil (Urbano e Rural) por rede de ensino e etapa

Ano 2011	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)														Total
	Educação Infantil				Ensino Fund.				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamen- tal		Médio		
	P*	I*	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	
Brasil															
Estadual Urbana	648	39	2.540	38	65.068	5.416	70.680	3115	28.854	622	10.825	310	3.834	0	191.989
Estadual Rural	1	0	79	1	3.759	245	2.965	124	771	15	661	0	46	0	8.667
Municipal Urbana	2.626	381	20.672	1.926	192.706	15.252	48.950	3.064	426	11	28.139	32	209	0	317.826
Municipal Rural	289	108	3.548	65	42.191	1.440	10.339	464	177	3	6.280	4	6	0	65.642
Estadual e Municipal	3.564	3.960	26.839	2.030	304.452	22.353	132.934	6.767	30.228	651	45.905	346	4.095	0	584.124

P* - Parcial

I* - Integral

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica:2011.

**Tabela 2 – Matrículas Público-Alvo da Educação Especial ano de 2013 no Brasil
 (Urbano e Rural) por rede de ensino e etapa**

Ano 2013	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)														Total
	Educação Infantil				Ensino Fund.				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio		
	P*	I*	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	
Brasil															
Estadual Urbana	340	21	1.513	44	59.120	6.744	85.105	6.070	40.608	1.238	13.634	146	4.977	1	219.562
Estadual Rural	1	0	34	0	3.741	578	4.208	425	1.346	58	687	0	80	0	11.158
Municipal Urbana	3.123	4.449	21.683	2.551	204.440	20.736	62.889	5.429	580	7	30.182	40	177	0	356.296
Municipal Rural	378	116	3.411	117	42.429	5.111	12.447	1.875	42	5	6203	0	11	1	72.146
Estadual e Municipal	3.842	4.586	26.651	2.712	309.730	33.169	164.649	13.799	42.577	1.308	50.706	186	5.245	2	659.162

P* - Parcial

I* - Integral

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica:2013

Tabela 3 – Matrículas Público-Alvo da Educação Especial ano de 2015 no Brasil (Urbano e Rural) por rede de ensino e etapa

Ano 2015	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)														Total
	Educação Infantil				Ensino Fund.				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio		
	P*	I*	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	
Brasil															
Estadual Urbana	318	28	1.269	59	53.391	6.742	93.964	7.848	54.478	2.137	14.072		6.201		240.505
Estadual Rural	2	0	36	3	3.509	784	4.905	911	1.985	104	776		173		13.188
Municipal Urbana	3.885	5.516	25.892	3.226	214.033	34.875	74.425	11.607	488	14	32.750		143		406.854
Municipal Rural	431	177	3.930	202	40.527	13.646	14.372	5.684	25	10	5.801		11		84.816
Estadual e Municipal	4.634	5.721	31.127	3.490	311.460	56.047	187.666	26.050	56.976	2.265	53.399		6.528		745.363

P* - Parcial

I* - Integral

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica:2013

A partir dessas três tabelas dos anos de 2011, 2013 e 2015, podemos apontar para o aumento de 27,60% do número de matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial no decorrer de cinco anos. Ao olharmos para os dados dos alunos matriculados nas escolas da rede estadual de áreas rurais o aumento é de 52,16%, já na rede municipal temos um aumento de 29,21%. Em área urbana temos um aumento na rede estadual de 25,47% e na rede municipal o aumento é de 28,01%. Interessante destacar o aumento percentual das matrículas nas áreas rurais superior ao das áreas urbanas, indicando um maior acesso do aluno público-alvo da Educação Especial nas escolas públicas que recebem alunos do campo. Por outro lado, os dados nos mostram para além do aumento do número de matrículas gerais. Podemos perceber que uma maior concentração dos alunos se encontra no Ensino Fundamental. Já o Ensino Médio e a Educação Infantil recebem uma menor quantidade de alunos. Nos anos 2011, 2013 e 2015 a Educação infantil representou respectivamente 6,23%, 5,73% e 6,03%. Bueno e Meletti (2011) analisam em seus estudos a pouca relevância que a Educação Infantil apresenta, além dos autores chamarem a atenção para a perspectiva política que acaba dando prioridade para o ensino fundamental.

Em relação ao ensino médio, mesmo em número menor, é onde acontece o aumento percentual no período estudado, pois nas escolas da rede estadual urbana é 92,07% e na rural temos 165,78%. O aumento percentual urbano é de 14,87%, mas do município rural temos um decréscimo de - 80,56%. Primeiramente é interessante destacar a concentração do público-alvo da Educação Especial no Ensino Fundamental. Em segundo lugar, percebemos um grande crescimento no Ensino Médio, tanto rural, quanto urbano, da rede estadual e o decréscimo acentuado do Ensino Médio na zona rural para as escolas da rede municipal. Temos por hipótese que o movimento se deu, no momento em que a rede estadual passou a assumir cada vez mais o Ensino Médio e a rede municipal passou a se responsabilizar pelo ensino fundamental, conforme estabelecido pela legislação vigente no país.

Em consideração a quantidade de alunos matriculados no EJA, na rede estadual urbana aumentou 35,43% e a rural teve um acréscimo de 34,2%. Na rede municipal temos aumento de 15,90% e decréscimo de - 7,6% para as áreas urbanas e rurais, respectivamente. Seria interessante problematizar esse decréscimo: os alunos não estariam chegando à EJA nas escolas rurais, ou eles estão incorporados nas outras etapas de ensino na “idade certa”?

As tabelas a seguir, dizem respeito às matrículas do estado do Espírito Santo:

Tabela 4 – Matrículas Público Alvo da Educação Especial no ano de 2011 no Espírito Santo (Urbano e Rural) por rede de ensino e etapa.

Ano 2011	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)														Total
	Educação Infantil				Ensino Fund.				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamen tal		Médio		
	P*	I*	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	
Espírito Santo															
Estadual Urbana	0	0	0	0	1.128	22	953	32	664	1	227	0	76	0	3.103
Estadual Rural	0	0	0	0	109	0	29	13	10	1	8	0	1	0	171
Municipal Urbana	253	84	672	43	4.586	214	2.241	146	0	0	409	0	0	0	8.648
Municipal Rural	7	6	59	4	642	7	156	22	0	2	7	0	0	0	912
Estadual e Municipal	260	90	731	47	6.465	240	3.379	213	674	4	651	0	77	0	12.834

P* - Parcial

I* - Integral

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica:2013

**Tabela 5 – Matrículas Público-Alvo da Educação Especial no ano de 2013
 no Espírito Santo (Urbano e Rural) por rede de ensino e etapa.**

Ano 2013	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)														Total
	Educação Infantil				Ensino Fund.				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamen tal		Médio		
	P*	I*	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	
Espírito Santo															
Estadual Urbana	0	0	0	0	1.039	66	1.252	50	950	1	255	0	98	0	3.711
Estadual Rural	0	0	0	0	92	0	40	5	18	4	10	0	2	0	171
Municipal Urbana	298	70	775	22	5.176	265	2.716	147	0	0	442	0	0	0	9.911
Municipal Rural	4	2	80	8	674	19	211	20	0	1	6	0	0	0	1.025
Estadual e Municipal	302	72	855	30	6.981	350	4.219	222	968	6	713	0	100	0	14.818

P* - Parcial

I* - Integral

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica:2013

**Tabela 6 – Matrículas Público-Alvo da Educação Especial no ano de 2015
 no Espírito Santo (Urbano e Rural) por rede de ensino e etapa.**

Ano 2015	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)														Total
	Educação Infantil				Ensino Fund.				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio		
	P*	I*	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	P	I	
Espírito Santo															
Estadual Urbana	0	0	0	0	1.128	54	1.607	49	1.495	6	240		128		4.707
Estadual Rural	0	0	0	0	124	9	49	13	31	0	12		4		239
Municipal Urbana	378	115	1.055	32	5.766	630	2.982	282	0	0	560		0		11.800
Municipal Rural	5	5	100	3	791	56	285	40	0	3	8		0		1.296
Estadual e Municipal	383	120	1.155	35	7.809	746	4.923	384	1.526	9	820		132		18.042

P* - Parcial

I* - Integral

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica:2013

Ao olhar para os dados do estado do Espírito Santo, constatamos um aumento das matrículas de 40,58%. Nas escolas urbanas da rede estadual temos

acréscimo de 51,69% e nas escolas rurais 39,77%. Na rede municipal temos um aumento de 36,45% nas áreas urbana e 41,10% na área rural. A partir desses dados, notamos que da mesma forma que se dá em território nacional, também existe uma concentração de matrículas no Ensino Fundamental. Vale salientar que o quantitativo de matrículas do público-alvo da Educação Especial se encontra prioritariamente nas áreas urbanas, mas temos presença constante de matrículas em todas as etapas da rede municipal e estadual nas áreas rurais.

Um outro conjunto de dados diz respeito a localização de moradia e da escola de onde os alunos estão matriculados no estado do Espírito Santo.

Tabela 7 - Localização de residência (Urbano/Rural) x Localização da Escola (Urbano/Rural) anos 2011, 2013 e 2015

		Localização Escola		Total
		Urbano	Rural	
Localização Residência	2011 Urbano	18924	149	19073
	Rural	2344	1229	3573
Total		21268	1378	22646
		Localização Escola		Total
		Urbano	Rural	
Localização Residência	2013 Urbano	21563	181	21744
	Rural	2812	1428	4240
Total		24375	1609	25984
		Localização Escola		Total
		Urbano	Rural	
Localização Residência	2015 Urbano	26583	302	26885
	Rural	3710	2003	5713
Total		30293	2305	32598

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria anos 2011, 2013 e 2015.

Em primeiro lugar é necessário chamar atenção para o total diferenciado de matrículas de outras tabelas para essa, diferentemente das tabelas anteriores que foram elaboradas pelo próprio INEP/MEC, nós elaboramos a partir dos próprios microdados via programa SPSS. Em nossa elaboração incluímos as escolas privadas, ONGs e filantrópicas, entretanto vale ressaltar que no estado do Espírito Santo não existem mais matrículas em classes exclusivas desde o ano de 2009, logo esses números se tratam apenas dos alunos público alvo da Educação Especial em escola comum nas mais diversas etapas e modalidades de ensino.

A tabela 7 representa os alunos público-alvo da Educação Especial que moram em áreas urbanas e rurais e estudam em escolas urbanas e rurais. Consideramos importante apontar para essa especificidade e tentar entender um pouco do movimento de se morar na localização rural e estudar em escola urbana ou rural, pois assim compreendemos como se dá o acesso do aluno à escola na região onde mora. Na referida tabela, temos a predominância de acesso nas escolas urbanas, até mesmo para os alunos que moram em área rural. Por sua vez também encontramos o momento inverso, de alunos que moram em área urbana e se escolarizam em escolas rurais, mas em um número muito menor. Em relação as matrículas, percebemos que os alunos que moram em áreas rurais e estudam em áreas rurais representam no ano de 2011 34,4%, em 2013 34,8% e em 2015 36,06% do total de alunos que moram no campo. Notamos, portanto, um crescimento total de 59,89% das matrículas nos respectivos anos nas áreas rurais.

Em uma última tabela, consideramos importante apontar para a localização das matrículas no que diz respeito as áreas diferenciadas em que as escolas estão localizadas, elas consistem em áreas de assentamento, áreas remanescentes quilombola e unidade de uso sustentável.

Tabela 8 - Área diferenciada no estado do Espírito Santo nos anos de 2011, 2013, 2015

Matrícula em localização diferenciada			
Localização Diferenciada	2011	2013	2015
Não se aplica	22571	25830	32458
Área de assentamento	34	43	46
Terra Indígena	12	10	19
Área Quilombola	29	55	70
Unidade uso sustentável	-	46	5
Total	22646	25984	32598

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria anos 2011, 2013 e 2015

Nessa tabela, apesar de sua predominância em “Não se aplica”, ou seja, localização em outras áreas que podem ser tanto em território do campo quando urbano. O que gostaríamos de chamar atenção nesta tabela é a presença de alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas de assentamento, indígena e quilombola. Percebemos então o gradativo aumento de acesso do público-alvo da Educação Especial no decorrer dos anos estudados e que estão se escolarizando nas escolas de suas próprias comunidades.

Considerações

A partir dos dados apresentados, podemos perceber um aumento percentual considerável no decorrer dos anos de matrículas dos alunos público alvo da Educação Especial, tanto nacionalmente, quanto no estado do Espírito Santo e nas diferentes etapas de ensino. O acesso desse alunado vem sendo garantido nas escolas do campo, no entanto, há uma predominância no Ensino Fundamental. O acesso na Educação Infantil, Ensino Médio e EJA, para esse

alunado ainda não se faz presente, indicando-nos que os alunos do campo só iniciam sua escolarização no Ensino Fundamental. Isso nos diz da necessidade de investimento legal e financeiro na obrigatoriedade da oferta de todos os níveis e modalidades de ensino no campo.

Por sua vez esse número crescente de matrículas nas áreas do campo, demonstra uma contradição, uma vez que mais escolas do campo foram fechadas nos últimos anos. Em um dado do sitio do Qedu¹ temos no ano de 2010 o quantitativo de escolas em áreas rurais no Brasil era de 79.341 escolas, 5 anos depois o quantitativo de escolas caiu 14,87% chegando a 67,541 escolas. Esses números evidenciam ainda mais a precarização que as escolas vêm sofrendo com o aumento do quantitativo de matrículas, mas com o constante fechamento de escolas. Assim, podemos inferir que as políticas públicas tendem a nucleação das escolas do campo e o fechamento das escolas multisseriadas, enviando os educandos para escolas pólo. Pastorio (2015) chama atenção para essa política, que tem por interesse um movimento articulado de reforma de agências de desenvolvimento internacionais.

Este processo corresponde, na prática, ao fechamento ou desativação de escolas unidocentes (multisseriadas), seguido pelo transporte dos alunos para escolas maiores, melhor estruturadas e abrangendo ciclo ou ciclos completos, funcionando como núcleo administrativo e pedagógico. O processo de que estamos tratando atualmente encontra-se amparo na legislação educacional brasileira, porém foram impostas a partir de exemplos detectados em modelos de reformas estruturais que estavam sendo propostas por agências de desenvolvimento internacionais (FMI, BIRD, UNESCO, CEP AL) (PASTORIO, p.52, 2015).

Esse mesmo autor, adverte-nos que a nucleação faz com que as características das realidades locais sejam colocadas de lado, pois as escolas nucleadas carregam as mesmas características das escolas urbanas.

Tal prática tornou-se a mais comum como procedimento de organização para o atendimento das populações do campo, com a exceção das regiões Norte e Nordeste onde as escolas multisseriadas e de pequeno porte, continuaram sendo em número muito expressivo. Agravando o modelo e suas variações, o que

¹ Acesso: <http://www.qedu.org.br/>

caracteriza as escolas nucleadas é a adoção de uma mesma organização e o mesmo funcionamento das demais escolas urbanas dos municípios em termos de calendário escolar, currículo, estrutura física, equipamentos. (PASTORIO, p.55, 2015).

Assim sendo temos que ficar atentos quanto as políticas que estão sendo pensadas para as escolas do campo, devemos permanecer e um movimento de constante vigilância para as realidades rurais. Sabemos que historicamente o povo do campo teve seus direitos negados e mesmo com mudanças ainda existem mecanismos que se propõe em continuar negando tais direitos.

Desta forma, quando percebemos tais contradições sendo manifestadas na política educacional brasileira, mesmo com um quantitativo cada vez maior de alunos nas escolas rurais e dos alunos do campo público alvo da educação especial, vamos entendendo que a dupla exclusão persiste.

Referências

ANJOS, Christiano Felix dos. Realidades em contato: construindo uma interface entre Educação Especial e Educação do Campo. 2016. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BUENO, J.G.S.; MELETTI, S.M.F. Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de Educação Especial no Brasil: 2000/2009. In:

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira: 20 anos depois.** São Paulo: Educ, 2011. p. 159-182.

CAIADO, K. R. M. **Educação Especial no campo: uma interface a ser construída.** In: I Seminário de Políticas Públicas de Inclusão Escolar no Rio Grande do Sul, 2010, Porto Alegre, RS. Anais do I Seminário de Políticas Públicas de Inclusão Escolar no Rio Grande do Sul. Marília, SP: ABPEE - ISSN: 2178-4663, 2010.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Rev. Eras. Educ. Espec.**, Marília, v. 17, n. SPE1 ago. 2011.

GONÇALVES, T. G. G. L. **Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do Pronera**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MANTOVANI, J. V. A **Educação da pessoa com deficiência e comunidades remanescentes de quilombos do Estado de São Paulo**. 2015 Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MARCOCCIA, P. C. P. **Escolas públicas do campo: indagação sobre a educação especial na perspectiva da inclusão educacional**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

PASTORIO, P. **NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**. Dissertação, Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências, RS. 2015.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitada**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 777-815.

SANTOS, B. S. Uma cartografia simbólica das ciências sociais: prolegomenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Mar., 1988.

SEEMANN, Jörn. Escalas, projeções e símbolos como ferramentas de análise da política educacional: ensaios cartográficos sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação, Santa Maria, RS, **Educação**, v. 26, n.2, p. 35-46, 2001.

SOUZA, S. R. C. de **Educação no Campo e a escolarização de pessoas com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Paraná**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Londrina, 2012.